

O papel dos metagêneros na construção do gênero: um fator de estabilidade genérica?

The role of meta-genres in the construction of genre: A generic stability factor?

Valfrido da Silva Nunes¹

fridoval@hotmail.com

Instituto Federal de Pernambuco

Maria Inez Matoso Silveira²

mimatoso@uol.com.br

Universidade Federal de Alagoas

RESUMO - Este artigo visa a discutir o modo como alguns metagêneros se constituem como um fator relevante para a estabilidade genérica do memorando nos sistemas de atividades administrativas do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), *Campus* Recife, no período compreendido entre 1973-2014. Do ponto de vista teórico, o presente trabalho filia-se centralmente aos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG), perspectiva que defende o gênero como ação social motivada por situações retóricas recorrentes, principalmente por meio dos estudos de Carolyn Miller, Charles Bazerman e Janet Giltrow. Quanto aos aspectos metodológicos, esta investigação configura-se como descritivo-interpretativa, fundamentada na análise documental, cuja natureza é qualitativa. Os resultados indicam que os verbetes de dicionários e os manuais de redação oficial constituem-se como forças conservadoras que contribuem para a manutenção do memorando como um gênero bastante formatado.

Palavras-chave: Estudos Retóricos de Gênero, metagênero, memorando.

ABSTRACT - This paper discusses how some meta-genres constitute a relevant factor for the generic stability of the memorandum in the administrative activities' systems of the Federal Institute of Pernambuco (IFPE), Recife, Brazil, in the period between 1973-2014. From the theoretical point of view, the present work belongs centrally to the Rhetorical Genre Studies (RGS), a perspective that defends genre as a social action motivated by recurrent rhetorical situations, mainly through the studies of Carolyn Miller, Charles Bazerman, and Janet Giltrow. As for the methodological aspects, this research is described as descriptive-interpretative, based on documentary analysis, whose nature is qualitative. The results indicate that the dictionary entries and the official writing manuals constitute conservative forces that contribute to the maintenance of the memorandum as a fairly formatted genre.

Keywords: Rhetorical Genre Studies, meta-genre, memorandum.

Para começo de discussão

Como recorte de uma pesquisa de doutorado, defendida em 2017, este artigo discute gêneros e conceitos inter-relacionados. Com efeito, muito se tem falado sobre gêneros no Brasil, tanto na pesquisa quanto no ensino; no entanto, esse conceito parece um tanto nebuloso, especialmente para iniciantes no assunto. Os equívocos no discurso sobre gêneros são frequentes, tais como a confusão com as noções de tipo textual, suporte, dentre outros (Bezerra, 2015). Para complexificar ainda mais esse cenário, não há somente um conceito de gênero, pois uma busca criteriosa na literatura linguística comprova que

existem diferentes abordagens para tratar desse fenômeno: (i) a Linguística sistêmico-funcional (Silva e Espindola, 2013); (ii) o Interacionismo Sociodiscursivo (Schneuwly, 2004 [1994]); (iii) os Estudos Retóricos de Gênero (Bazerman, 2006 [1988], 1994, 2009 [2004]; Miller, 2009 [1984]); (iv) a perspectiva do Inglês para Fins Específicos (Bhatia, 1993, 2004; Swales, 1990, 2004); (v) a abordagem dialógica (Bakhtin, 2003 [1953]; Bakhtin e Volochínov, 2009 [1929]); (vi) o paradigma das Tradições Discursivas (Kabatek, 2005, 2012) e assim por diante, indo muito além da tríade proposta por Hyon (1996).

A despeito dessa multiplicidade de correntes teóricas existentes, e respeitando-se as suas particularidades, há

¹ Instituto Federal de Pernambuco. Rua Padre Agobar Valença, s/nº, Severiano Moraes Filho, 55299-390, Garanhuns, PE, Brasil.

² Universidade Federal de Alagoas. Av. Lourival de Melo Mota, s/nº, Tabuleiro dos Martins, 57072-900, Maceió, AL, Brasil.

de se concordar que alguns elementos são comuns a todas elas. Esses pontos de confluência podem ser observados sob, pelo menos, dois prismas: (i) o fato de as teorias de gênero extrapolarem o limite do texto, adentrando questões de cunho social; e (ii) a concordância no sentido de que os gêneros, quaisquer que sejam eles, apresentam convenções fixas e, simultaneamente, tendências à variação (Nunes, 2017a). De fato, se gêneros são um misto de estabilidade com instabilidade, há de se questionarem as razões subjacentes a tal natureza aparentemente paradoxal. Nesse sentido, entram em cena as práticas sociais mediadas pela linguagem, pois elas são fundamentais para a compreensão do papel social dos gêneros e, aliás, são a razão principal da existência desses construtos discursivos. Voltando à questão da estabilidade genérica, entendemos que alguns fatores são fundantes para que ela se sustente no discurso, tais como: a rotinização das práticas sociais, as forças mantenedoras das relações de poder e as práticas linguageiras que normatizam outras práticas de linguagem, a que estamos chamando de *metagêneros* (Giltrow, 2002). É desse último fator que se ocupa este artigo.

A bem dizer, pouco se tem falado sobre metagêneros no Brasil, muito embora se presume que o fenômeno possa ser ou ter sido estudado a partir de outras terminologias. De qualquer modo, o presente artigo visa a pôr em discussão essa temática, a partir de um gênero típico da comunicação oficial da instância burocrático-administrativa estatal: o *memorando*. Para iluminar teoricamente o nosso trajeto, recorreremos aos Estudos Retóricos de Gêneros (doravante, ERG), em cujo âmago situa-se a ideia de gênero como ação social motivado por situações retóricas recorrentes (Bazerman, 2006 [1988], 1994, 2009 [2004]; Miller, 2009 [1984]), em articulação com a noção de metagêneros, proposta por Giltrow (2002). Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa descritivo-interpretativa, fundamentada na análise documental, cuja natureza é qualitativa (Chizzoti, 2014; Lüdke e André, 2015; Triviños, 2015).

Posto isso, este artigo organiza-se retoricamente da seguinte forma: (i) algumas considerações sobre conceitos de gênero à luz dos estudos empreendidos pelos ERG; (ii) uma discussão sobre a noção de metagêneros, com base em Giltrow (2002); (iii) uma breve descrição do aporte metodológico da pesquisa; e (iv) apresentação dos resultados da pesquisa, discutindo os metagêneros que regulam o memorando. Ressaltamos que o escopo da nossa investigação circunscreve-se à nossa pergunta de pesquisa, cujas respostas este artigo busca relatar: *de que modo alguns metagêneros se constituem como um fator relevante para a estabilidade genérica do memorando nos sistemas de atividades burocrático-administrativas do*

Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Campus Recife, ao longo do período compreendido entre 1973 e 2014?

Conceitos de gênero à luz dos Estudos Retóricos de Gêneros (ERG)

Dentre as várias abordagens para o estudo dos gêneros, particularmente em contexto anglófono, despontam os chamados Estudos Retóricos de Gêneros (*Rhetorical Genre Studies*), comumente referidos na literatura linguística também como abordagem de gêneros da *Nova Retórica*, *Escola norte-americana* ou *Sociorretórica* (Freedman e Medway, 1994; Marcuschi, 2008)³. No panorama da pesquisa linguística brasileira, essa concepção de gêneros tem sido mencionada com certa frequência por estudiosos de diferentes partes do Brasil (Nunes, 2012, 2017b; Silveira, 2005, 2008, dentre muitos outros). Isso mostra que existe uma considerável recepção dessa teoria em solo brasileiro, haja vista a tradução de produções seminais dos seus autores mais representativos, bem como as esporádicas vindas deles à academia brasileira (Bazerman, 2006 [1988], 2009 [2004]; Miller, 2009 [1984], 2015, *inter alia*).

Sendo assim, torna-se necessário discutir de que modo os construtos genéricos são conceituados dentro dessa perspectiva teórica. Na visão de Carolyn Miller, um gênero deve ser compreendido como uma ação social motivada por situações retóricas recorrentes, pois “uma definição retoricamente válida de gênero precisa ser centrada não na substância ou na forma de discurso, mas na ação que é usada para sua realização” (Miller, 2009 [1984], p. 22). Disso decorre que o agir é o cerne da discussão nessa abordagem teórica; dizendo de outra forma, o foco dos ERG não está nos textos que realizam os gêneros, mas na busca pela compreensão das situações sociais que os engendram. Nesse sentido, o contexto histórico-sócio-cultural torna-se relevante para que os gêneros possam ser mais bem compreendidos como fenômenos sociais recorrentes.

A propósito, a noção de recorrência aparece como categoria de peso dentro da visão de gênero como ação social. Ela não pode ser confundida com mera repetição, uma vez que as situações autênticas de interação jamais poderão ocorrer novamente; portanto, não se trata de um fenômeno material, objetivo, mas de algo que tem muito mais a ver com os modos como situações são inferidas em comparação com outras já experienciadas. Dir-se-ia que a noção de recorrência também não deve ser abordada como uma configuração subjetiva, uma visão pessoal, porque percepções individuais também são variáveis e irrepetíveis. Diante disso, a conclusão a que se chega é que “a recorrência é um fenômeno intersubjetivo, uma ocorrência social” (Miller, 2009 [1984], p. 30), criada por

³ A propósito desta terminologia, convém esclarecer que, em contexto brasileiro, a chamada perspectiva *Sociorretórica* pode ser interpretada de forma um tanto ambígua, ou seja, como sinônimo de: (i) Estudos Retóricos de Gêneros (ERG); (ii) abordagem do Inglês para Fins específicos (ESP); e (iii) uma imbricação dos ERG + ESP, segundo Bezerra (2017, p. 86).

meio dos processos de tipificação, já que o que ocorre não é um evento real, mas uma interpretação compartilhada que se faz dele. Na verdade, são as situações retóricas recorrentes que convidam os sujeitos a usarem os gêneros. Assim sendo, os ERG sugerem que

aquilo que aprendemos quando aprendemos um gênero não é apenas um padrão de formas ou mesmo um método de realizar nossos próprios fins. Mais importante, aprendemos quais fins podemos alcançar [...]. Aprendemos a entender melhor as situações em que nos encontramos e as situações potenciais para o fracasso e o sucesso ao agir juntamente (Miller, 2009 [1984], p. 44).

Convém afirmar que há um diálogo crescente e produtivo entre as definições de gênero postuladas pelos representantes mais notáveis dos ERG: Carolyn Miller e Charles Bazerman, pois enquanto a primeira vê os gêneros essencialmente como ações sociais fenomenologicamente fundamentadas, o segundo os toma como uma “categoria sociopsicológica” (Bazerman, 2006 [1988], p. 60) ou como “fenômenos de reconhecimento psicossocial” (Bazerman, 2009 [2004], p. 31). Cumpre afirmar que as pesquisas e as reflexões desenvolvidas pelo autor supramencionado contribuem significativamente para ampliar e enriquecer os horizontes que Miller visualizara no seu clássico artigo de 1984. Uma das contribuições de Bazerman aos ERG diz respeito ao modo como o autor propõe que os gêneros sejam vistos de forma inter-relacionada, considerando-se sua complexidade, heterogeneidade e fluidez, dentro de sistemas de gêneros que respondem a demandas dos sistemas de atividades humanas.

Dado o exposto, há de se concordar que tanto Carolyn Miller quanto Charles Bazerman têm como preocupação central compreender os usos reais que os sujeitos fazem da linguagem, por meio de gêneros. Não é à toa que, sob essa perspectiva, “tanto a produção como a recepção são importantes para se pensar no gênero como ação” (Bazerman e Miller, 2011, p. 16). Pensando nas condições de produção de um gênero, não se pode negar que, a despeito da sua maleabilidade inerente, os gêneros apresentam padrões semelhantes; por isso mesmo, eles são construtos razoavelmente estáveis. Como disse Schryer (1994, p. 108), “os gêneros são vistos como lugares de ação social e ideológica estabilizados-por-agora ou estabilizados o suficiente”, uma vez que não podemos falar em estabilidade definitiva. Neste artigo, defendemos os metagêneros como forças de conservação do gênero, a serviço da sua estabilidade.

O conceito de metagênero

Considerando que os gêneros – enquanto práticas discursivas – contribuem para a garantia da ordem social,

ao mesmo tempo em que coordenam ações dentro de sistemas de atividades, cabe refletir sobre o modo como eles são apreendidos, dentro de sistemas específicos, principalmente quando falante e escrevente se deparam com gêneros que nunca produziram anteriormente. No que tange a isso – e em razão do nosso objeto de estudo –, torna-se adequada a noção de metagêneros proposta por Giltrow (2002).

Giltrow (2002) explica que teóricos de gêneros não são os únicos sujeitos que falam sobre esse construto, pois as pessoas, enquanto leitoras e escritoras, tipificam suas tarefas, reconhecem precedentes e dão dicas umas às outras sobre como utilizar a linguagem por meio de gêneros em determinados sistemas de atividades. Essas orientações fornecidas pelas pessoas que já detêm certa experiência com gêneros específicos lançam luzes para que possamos pensar o que seriam de fato os metagêneros. Nesse sentido, há de se convir que a categoria metagênero trata de “linguagem situada sobre linguagem situada” (Giltrow, 2002, p. 190)⁴. A bem da verdade, os candidatos mais notáveis aos metagêneros são as orientações – entendidas como regulamentos escritos para a produção de um gênero –, pois elas excluem alguns tipos de expressão e endossam outros. Com base nesse entendimento, as orientações seriam metagêneros que funcionam como recursos para recrutar os escritores para interesses dominantes ou para impor disciplina na diversidade. Valendo-nos de uma expressão mais corriqueira, os metagêneros ensinam-nos a “falar a língua da comunidade”, a fim de que possamos ser bem-sucedidos nas nossas interações.

Na esfera acadêmica, por exemplo, é comum encontrarmos obras que orientam como fazer um trabalho acadêmico, como cuidar dos seus aspectos formais e de sua apresentação gráfica, muito embora, em geral, tais obras esgotem-se no caráter prescritivo e estrutural dos gêneros acadêmicos. Durante a nossa trajetória acadêmica, tivemos a oportunidade de ler duas obras que têm como questão central o gênero tese de doutorado: (i) *Pesquisar no labirinto: a tese, um desafio possível*, de Serrano (2011 [2009]) e (ii) *Como se faz uma tese*, de Eco (2014 [1977]). Ambas as obras não têm um caráter eminentemente prescritivo; entretanto, tanto em uma quanto em outra encontramos conselhos práticos que nos orientam, em linhas gerais, sobre o que pode ser feito e o que se recomenda evitar em uma tese. Em outras palavras, trata-se de dois exemplos de metagêneros acadêmicos no sentido proposto por Giltrow (2002).

É importante enfatizar que um metagênero não é necessariamente um gênero; todavia, há de se concordar que onde há aquele há este. Na verdade, essas duas categorias referem-se a fenômenos distintos, porém interligados. Noutras palavras, sustentamos que todo metagênero é tam-

⁴ Neste artigo, todas as traduções de textos que não têm suas versões em português são de nossa inteira responsabilidade.

bém um gênero, mas nem todo gênero é um metagênero. O traço central do metagênero é a sua natureza injuntiva e metalinguística, normatizando como se deve ou não se deve produzir determinado gênero. Ressaltamos, pois, que o metagênero funciona como uma categoria mais ampla que o gênero, a qual pode ser provisoriamente definida como “a atmosfera ao redor dos gêneros” (Giltrow, 2002, p. 195). Por causa da abrangência do termo, diz-se que os metagêneros podem ser *tácitos* ou *explícitos*. Dois exemplos ilustram essa bifurcação do metagênero: (i) por um lado, na comunidade dos Alcoólicos Anônimos, não há regras explícitas sobre como as pessoas iniciadas devem dar seus testemunhos diante das veteranas; entretanto, elas aprendem a contar suas histórias à medida que ouvem seus pares e recebem feedback positivo, o que funciona como uma espécie de modelo de interação em um processo de aprendizagem por imersão, ou seja, um metagênero tácito; (ii) por outro lado, na área da contabilidade, Devitt (1991, p. 334) verificou que “os documentos do IRS [*Internal Revenue Service*] estão por trás da maioria dos textos de contabilidade fiscal assim como a Bíblia está por trás da maioria dos textos escritos por ministros cristãos”, o que caracteriza o manual do IRS⁵ como um metagênero explícito e altamente poderoso.

Os metagêneros cumprem, assim, a função de direcionar tanto a fala quanto a escrita em contextos específicos; todavia, não podemos tomá-los como instrumentos harmonicamente aceitos dentro dos sistemas de atividades em que circulam. Nesse sentido, contradições, dissensos e conflitos também fazem parte das interações sociais e, por conseguinte, dos usos de gêneros e metagêneros. Por outro lado, cabe questionar se os metagêneros são suficientes para responder às necessidades dos sujeitos que os usam, principalmente os novatos, pois, quando isso não ocorre, há uma tendência dos participantes em analisar a situação retórica e recorrer aos lugares familiares, isto é, à sua memória discursiva; ademais, “os metagêneros não podem construir uma situação retórica toda por si mesmos, ou inteiramente reformar uma já existente” (Giltrow, 2002, p. 198). De qualquer maneira, há de se concordar que os metagêneros são bastante duráveis e o seu conhecimento pode indicar *status* de pertencimento ou não a uma determinada comunidade. Em resumo,

os metagêneros se desenvolvem nesses limites, nos limiares de comunidades de discurso, patrulhando ou controlando a participação de indivíduos no coletivo, antevendo ou suspeitando de seus envolvimento em outros lugares, diferenciando, iniciando, restringindo, induzindo formas de atividade, racionalizando e representando as relações do gênero com a comunidade que faz uso dele. Essa representação não é sempre direta; frequentemente é oblíqua, uma simbologia da prática (Giltrow, 2002, p. 203).

Com efeito, trata-se de uma categoria que nos conduz a olhar um pouco mais para o contexto em que os

textos são gerados, numa perspectiva que busque articular a dimensão linguístico-discursiva do gênero com a sua dimensão social. No presente artigo, defendemos que, no âmbito da administração pública federal, possivelmente, o mais imponente de todos os metagêneros do sistema burocrático-administrativo seja o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), seguido pelos manuais de redação oficial que têm tradição de comercialização no mercado; no caso da instituição *locus* da nossa pesquisa – o IFPE –, há o Manual de Padronização de Documentos (MPD). Além do mais, estamos entendendo que os verbetes de dicionários que conceituam gêneros – neste caso, o memorando –, também funcionam como metagêneros. Quando afirmarmos que os manuais e os verbetes são metagêneros, não estamos negando que eles também são gêneros. A primeira categoria recobre, de algum modo, a segunda. Assim, tanto os manuais quanto os verbetes são, simultaneamente, gêneros e metagêneros. O cerne deste trabalho, porém, é discutir estes construtos nesta última acepção, visto que eles são gêneros que orientam a produção de outros gêneros. Afinal, metagêneros são um fenômeno pouco discutido na literatura linguística brasileira. De resto, cumpre sustentar que a função dos metagêneros é, de fato, “fornecer conhecimento de fundo compartilhado e orientação sobre como produzir e negociar gêneros dentro de sistemas ou conjuntos de gêneros” (Bawarshi e Reiff, 2010, p. 94).

Aporte metodológico

No plano geral, a pesquisa de doutorado que levantou os dados deste artigo foi realizada no Arquivo Geral do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), *Campus Recife*, no primeiro semestre do ano de 2016, onde foi coletado um *corpus* de memorandos com a finalidade de se investigar de que modo esse construto genérico funciona nos sistemas de atividades da referida instituição (cf. Figura 3). Em termos específicos, o presente artigo faz um recorte dessa pesquisa mais ampla. Situando-nos numa perspectiva que conjuga o contextual com o textual, entendemos que forças externas têm uma significativa importância na estabilidade do gênero; daí enveredarmos em busca de alguns metagêneros reguladores do memorando. Para este estudo, focamos em 3 (três) dicionários e em 3 (três) manuais de redação oficial, quais sejam: (i) o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (Ferreira, 1986); (ii) o *Dicionário Caldas Aulete Digital* (Caldas Aulete e Valente, 2008); (iii) o *Dicionário de Gêneros Textuais* (Costa, 2009); (iv) o livro *Correspondência: oficial, comercial, bancária, particular* (Beltrão, 1948 [1941]); (v) o *Manual de Redação da Presidência da República* (Brasil, 2002 [1991]) e (vi) o *Manual de Padronização de*

⁵ Instituição norte-americana equivalente à Receita Federal, no Brasil.

Documentos do Instituto Federal de Pernambuco (Brasil, [2011-2015]). Nos dicionários, ocupamo-nos de estudar o verbete *memorando*, verificando as acepções do termo; nos manuais, centramos nossas análises nos conceitos, características e exemplos dados ao gênero oficial *memorando*.

Os metagêneros que regulam o memorando

Um aspecto relevante da dimensão contextual do memorando é a sua natureza regulada e controlada por mecanismos linguístico-discursivos típicos da esfera burocrático-administrativa. É nesse ponto que cumpre questionar a quem interessa esse controle e manutenção do *status quo* dos gêneros burocráticos, dentre eles o memorando. Certamente, questões de cunho ideológico estão aí subjacentes, visto que tais gêneros contribuem para tornar essa instância discursiva assaz fechada, à qual poucos têm acesso, como forma de contribuir para assegurar a manutenção daqueles que estão no poder. Concordando com Giltrow (2002), chamam-se esses mecanismos discursivos reguladores de metagêneros, os quais funcionam como regras que orientam a produção e, ao mesmo tempo, limitam a criatividade nos gêneros, tornando-os mais formatados. Dessa maneira, os metagêneros que orientam o memorando podem ser agrupados, neste trabalho, pelo menos em dois segmentos: (i) os verbetes de dicionários consagrados pelo uso e (ii) os manuais de redação oficial e empresarial, tanto os elaborados no âmbito das instituições públicas quanto os tradicionalmente comercializados no mercado.

Os verbetes de dicionários

Os verbetes de dicionários funcionam como metagêneros na medida em que se destinam a explicar conceitos, seguindo determinados padrões; quer queira, quer não, eles também são fundamentais para que o leitor construa sentidos (equivocados ou não) acerca de gêneros que porventura desconheça. Como um metagênero escrito, o verbete de dicionário tem uma natureza essencialmente metalinguística, de caráter informativo; daí dizer-se que, em geral, trata-se de uma construção linguístico-discursiva relativamente concisa, cujo acesso dá-se de forma mais ou menos imediata. Do ponto de vista ideológico, os verbetes de dicionários representam no discurso cosmovisões típicas de grupos sociais privilegiados; nesse ponto, os verbetes mostram-se limitados, uma vez que antes de os dicionários serem criados existem os usos autênticos da língua e dos gêneros, vinculados aos múltiplos sistemas de atividades humanas. Para emprendermos as nossas análises, pesquisamos o verbete *memorando* em três dicionários escritos em língua portuguesa, com o intuito de verificar de que modo essas produções lexicográficas abordam esse gênero (cf. Aporte metodológico).

O *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, ampla e tradicionalmente difundido e comercializado no

Brasil, constitui-se em um dos mais completos e respeitados dicionários da língua portuguesa. Seu uso constante cristalizou até mesmo o sentido de “aurélio” como sinônimo de “dicionário”. Essa metonímia comprova a abrangente divulgação desse dicionário, principalmente no âmbito escolar. Portanto, este foi o critério que se adotou para escolher um verbete constante dessa obra. Diante disso, o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* categoriza o memorando em duas classes gramaticais: ora como substantivo, ora como adjetivo. A primeira conceituação, organizada em quatro acepções, aborda o memorando como algo “que deve ser lembrado”, afirmação que consideramos um tanto vaga. A primeira acepção traz um sentido bem geral do memorando como sinônimo de *memento* – “papel ou caderneta onde se anotam coisas que devem ser lembradas; memorial, memorando, memória” (Ferreira, 1986, p. 117) –, além de apontar para o suporte como se fosse um *memorando* (o “papel” ou a “caderneta”).

A segunda acepção do termo *memorando* confunde-o com outro gênero: o aviso. Aliás, além do “aviso” (oral ou escrito) equivalente a “comunicado”, cumpre esclarecer que o gênero *aviso* também é um dos três gêneros do chamado *padrão ofício* no âmbito da comunicação oficial: o ofício, o memorando e o aviso. Esse último, entretanto, deve circular somente entre ministros de Estado, conforme impõem os manuais de redação oficial (Brasil, 2002 [1991]). De resto, dizer que o memorando é uma “participação” por escrito não parece um conceito suficiente para dar conta do gênero.

A terceira acepção traz três aspectos que merecem ser considerados, muito embora o conceito ainda não recubra a complexidade do memorando tal como ele circula no mundo real. O primeiro é o fato de denominar esse gênero como um “impresso comercial”, o que remete, de uma forma ou de outra, para a origem dessa entidade discursiva a partir da carta comercial (*business letter*), conforme apontaram Yates e Orlikowski (1992); o dicionário não se refere a esse construto genérico no domínio público. O segundo aspecto diz respeito à relação que se faz com a “carta”, embora se esteja olhando apenas para o seu “formato”, o que evidencia uma abordagem meramente estrutural do gênero. O terceiro aspecto tem a ver com a noção de brevidade, pois o memorando é prototipicamente um padrão discursivo relativamente curto e ágil, o que é justificável pelo fato de os interlocutores geralmente compartilharem o mesmo espaço social.

A quarta acepção do termo conceitua outra espécie de memorando – mais bem conhecida como *memorando de entendimento* –, cuja finalidade é estabelecer acordos de cooperação e intercâmbio, sobre diferentes assuntos, entre os países; tido como um tipo de “nota diplomática”, o memorando de entendimento aproxima-se um pouco do gênero *contrato*, pois geralmente estrutura-se em cláusulas, tem efeito jurídico e celebra interesses entre duas partes.

A conceituação do verbete memorando como um adjetivo tem um sentido equivalente a “memorável”. No entanto, ao que parece, esse sentido caiu em desuso, tornando-se a palavra memorando – quando usada nessa acepção – um arcaísmo. Essa pressuposição ancora-se no exemplo dado pelo lexicólogo, pois foi retirado de um clássico da literatura, ratificando a ideologia da língua modelo.

Os dicionários virtuais, por sua vez, ganharam destaque como ferramentas úteis para consultar os significados das palavras de forma ágil e prática. Por essa razão, consultou-se um dicionário virtual para verificar de que modo o verbete *memorando* é nele conceituado. Com isso, recorreu-se ao *Dicionário Caldas Aulete Digital* (Caldas Aulete e Valente, 2008), por se tratar de uma obra lexicográfica digital aberta, disponível gratuitamente na internet. De fato, há de se considerar que esse dicionário retoma, em grande parte, o que já se discutiu acerca do *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Contudo, a primeira acepção do termo introduz um conceito não abordado no dicionário anteriormente analisado: o memorando como uma “comunicação oficial escrita entre órgãos, departamentos ou seções de uma instituição ou empresa”. Subjaz a esse conceito a ideia de que o memorando também é um gênero típico da administração estatal, e não somente empresarial; além disso, sublinhamos a natureza interdepartamental do gênero, uma das suas características centrais.

A terceira produção lexicográfica analisada reveste-se de um caráter peculiar por catalogar gêneros das múltiplas instâncias discursivas. A proposta é conceituar e caracterizar gêneros, servindo-se metagenericamente do verbete de dicionário; assim, surge o *Dicionário de Gêneros Textuais* (Costa, 2009). Pela formação acadêmica e pela atuação profissional do autor, há de se pressupor que essa produção lexicográfica tem uma orientação mais ou menos científica. Nas palavras desse pesquisador, os professores precisariam de

um ‘manual’ de consulta (não de receitas), que contivesse preliminarmente uma pequena discussão teórica sobre Gêneros Discursivos e Textuais [...]. Além disso, uma obra que, ao mesmo tempo, lhes apresentasse um rol dos principais gêneros escritos e orais, com suas definições e características, e lhes deixasse mais claro o que são essas práticas sociais de oralidade, escrita e leitura que podem ser ‘transpostas’ como objetos didáticos para as salas de aulas de LM do ensino fundamental, médio e superior (Costa, 2009, p. 11).

A obra desse autor – embora se trate de um dicionário que procura descrever gêneros – parece não agregar tantas novidades aos conceitos de memorando constantes dos dicionários gerais da língua portuguesa discutidos anteriormente. O autor inicia sua descrição do memorando afirmando que esse construto genérico caracteriza-se pelo “estilo de escrita breve e objetiva”. Prototipicamente, o memorando é um gênero relativamente curto; porém, a noção de escrita “objetiva” é um tanto questionável, visto

que, em matéria de linguagem, a noção de objetividade é problemática. Talvez se pudesse falar em uma suposta objetividade que não é despropositada; ademais, essa brevidade não é típica do memorando “em todos os seus tipos”. O memorando de entendimento, por exemplo, materializa-se, de modo geral, em textos relativamente longos.

O verbete em discussão interessa-nos especialmente em sua terceira acepção, que aborda o memorando como “correspondência interna rápida, tipo circular”, como “texto escrito, breve e informal”, como uma forma de “comunicação administrativa” e, por fim, acenando para o suporte – o “impresso apropriado” – e para a forma – o “formato menor que o de carta”. De fato, as condições de produção e circulação do memorando engendram-se no espaço social interno das instituições (Nunes, 2015). Entretanto, nesse verbete, essa forma de comunicação oficial é comparada à *circular*, ou seja, a outra entidade discursiva dos chamados gêneros da redação oficial e empresarial. Isso põe em cena que o memorando também circula internamente, muitas vezes, como *memorando-circular*, quando se destina a vários interlocutores simultaneamente. Isso não é uma característica relevante para transformar o memorando em outro gênero, pois o que há nesse caso é um auditório mais amplo, visto que contempla vários setores ou sujeitos ao mesmo tempo. Um ponto de discordância da afirmação do autor é o fato de o memorando ser considerado por ele como um gênero escrito “informal”. Refutamos essa caracterização em virtude de a pesquisa ter revelado que, longe disso, um dos aspectos marcantes da dimensão linguístico-discursiva do memorando é a sua formalidade, que vai do formal distenso ao ultraformal.

Em suma, a análise do verbete memorando nos três dicionários analisados revelou que, em maior ou menor proporção, há o predomínio de uma abordagem ainda muito ligada à forma do gênero, preocupada com o ideal de língua pura. O ranço conservador e a falta de exemplos fundados na experiência prática de membros que produzem, recebem e leem esse gênero tornam os conceitos aventados ainda limitados. Além do mais, a própria forma dos dicionários os torna produtos prontos e acabados que, de uma forma ou de outra, normatizam os significados da língua e – por que não – dos gêneros. Contudo, não se pode esquecer de que antes dos dicionários existem a língua e os seus usos por meio de gêneros; daí dizermos que a busca pelo conhecimento de gêneros criado pela prática lança luz para que possamos enxergar o memorando de um modo mais autêntico.

Os manuais de redação oficial

Dentre os metagêneros que regulam os gêneros da chamada correspondência oficial e empresarial, argumentamos que os manuais de redação são os mais poderosos; não é sem propósito que eles são largamente comercializados no mercado, muitos deles com inúmeras reedições.

Para esta discussão, interessa o fato de eles normatizarem a produção do memorando, além de fornecerem exemplos ideais de como esse gênero deve ser produzido. Para esse nível da análise, foram selecionados três manuais, objetivando examinar de que modo o memorando é abordado por cada um deles (cf. Aporte metodológico). O livro de Beltrão (1948 [1941]), publicado pela primeira vez há quase oitenta anos, foi escolhido com o intuito de investigar como o memorando era abordado em manuais antigos. Sendo assim, veja-se como esse manual conceitua o memorando.

O conceito exposto na figura 1 traz uma afirmação até então não apresentada, ao dizer que o memorando destina-se a tratar de “parte ou partes de assunto já focado em expediente anterior”. Na verdade, compreende-se que essa é uma afirmação genérica e inespecífica, pois nem sempre esse construto genérico é usado para esse fim. Ademais, cumpre destacar a passagem referente ao memorando como uma “comunicação menos solene do que a carta ou o ofício”. Essa afirmação é questionável, caso seja tomada no sentido de uma suposta informalidade,

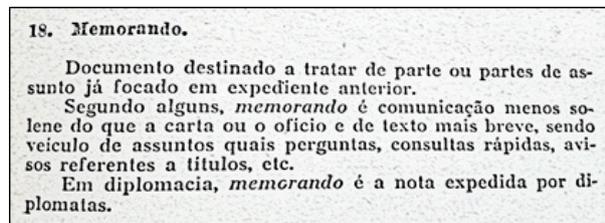


Figura 1. Conceito de memorando segundo Beltrão (1948 [1941]).

Figure 1. Concept of memorandum according to Beltrão (1948 [1941]).

Fonte: Beltrão (1948 [1941], p. 69).

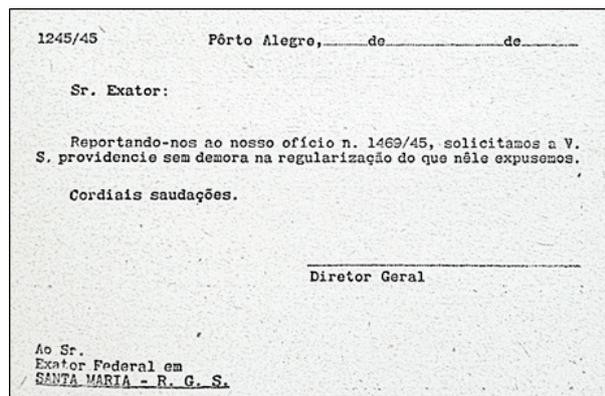


Figura 2. Modelo de memorando da década de 1940.
Figure 2. Model of memorandum of the 1940s.

Fonte: Beltrão (1948 [1941], p. 69).

conforme apontara Costa (2009), caracterização que já se refutou neste trabalho. Aliás, o memorando é um gênero predominantemente formal, cerimonioso e protocolar, seguindo um ritual que o torna bastante padronizado, muito embora haja um relativo *status* que empodera os gêneros, pois, entre os construtos genéricos do chamado padrão ofício (aviso, ofício e memorando), este parece o menos prestigiado. A propósito, observemos um exemplo idealizado de memorando constante da obra de Beltrão (1948 [1941]), conforme Figura 2.

O exemplo dado pelo autor mostra um texto breve, cujos aspectos estruturais aproximam-se do memorando atual; contudo, chama atenção a contradição existente entre o conceito e o exemplo, quando se observa que o memorando exemplificado não é “menos solene”, haja vista os pronomes de tratamento e a sintaxe elaborada do texto em questão. De qualquer modo, cumpre ressaltar que este exemplo, criado *ad hoc* pelo autor, não emerge das práticas reais da interação discursiva no seio institucional. Quanto ao problema da referência à “parte ou partes de assunto já focado em expediente anterior”, o exemplo-padrão dado pelo autor corrobora essa afirmação, quando o texto inicia-se com os seguintes dizeres: “Reportando-nos ao nosso ofício de n. 1469/45, solicitamos...”. Cabe cogitar se essa era uma regra para os memorandos da época, pois, embora se encontrem exemplares semelhantes atualmente, não se pode afirmar que isso seja um critério definidor desse gênero. Como o memorando mais antigo da investigação data de 1973 (cf. Figura 3), impossibilitamo-nos de confirmar, a partir dos dados analisados, essa particularidade posta por Beltrão (1948 [1941], p. 69).

À parte questões de ordem formal, o exemplar da figura 3 não se mostra tão diferente do modelo ideal citado por Beltrão (1948 [1941]). Isso confirma que os manuais de redação oficial e empresarial são metagêneros que têm intenso efeito na preservação dos gêneros, limitando

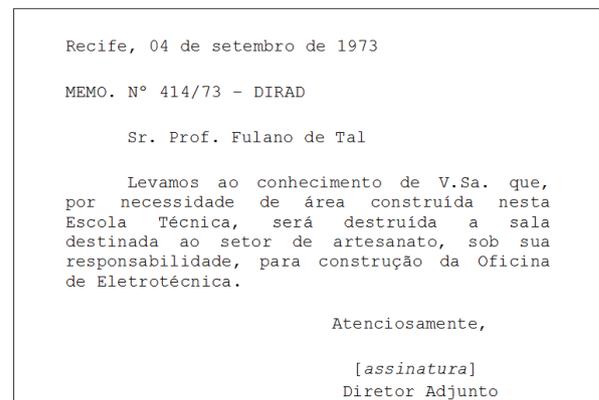


Figura 3. Memorando autêntico de 1973.

Figure 3. Authentic memorandum of 1973.

Fonte: acervo da pesquisa.

as suas possibilidades de variação e, ao mesmo tempo, assegurando a garantia do *status quo*, tão conveniente aos grupos privilegiados que se mantêm no poder.

A segunda obra que investigamos foi o *Manual de Redação da Presidência da República* (doravante, MRPR). A escolha desse metagênero justifica-se em

virtude de ele ter se tornado uma obra de referência na área da comunicação oficial, normatizando a redação no âmbito do serviço público. Assim sendo, o MRPR, organizado por um jurista e por um diplomata, com a revisão de um gramático de renome, torna-se mais um produto do conservadorismo, com o objetivo de “rever, atualizar,

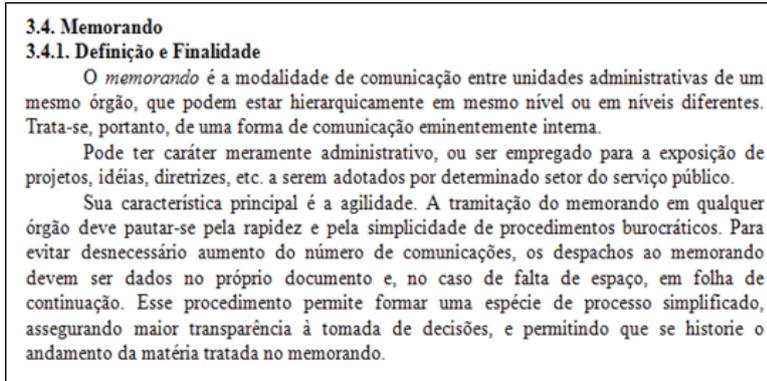


Figura 4. Conceito de memorando segundo o Manual de Redação da Presidência da República.

Figure 4. Concept of memorandum according to the Writing Manual of the Presidency of the Federative Republic of Brazil.

Fonte: Brasil (2002 [1991], p. 17).

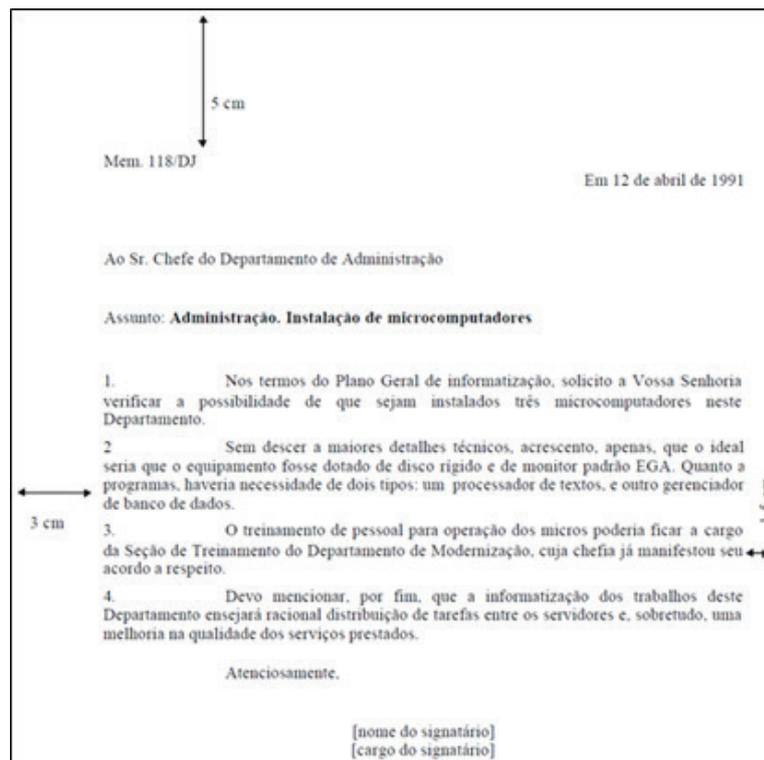


Figura 5. Modelo de memorando – Manual de Redação da Presidência da República.

Figure 5. Model of memorandum – Writing Manual of the Presidency of the Federative Republic of Brazil.

Fonte: Brasil (2002 [1991], p. 18).

uniformizar e simplificar as normas de redação de atos e comunicações oficiais” (Brasil, 2002 [1991], p. VIII). É conveniente refletir por que os linguistas não figuram neste espaço. Além de a ciência da linguagem ainda não ser popularmente conhecida, há de se pressupor que esses estudiosos não defenderiam modelos ideais de gêneros, nem focariam tão somente em suas formas e estruturas, mas partiriam para uma nova abordagem a partir dos usos reais que se fazem da língua, perspectiva que se sustenta neste trabalho. Vejamos o conceito de memorando no MRPR, na Figura 4.

Dessa definição, convém ressaltar a assertiva em que se afirma que a característica principal do memorando é a agilidade. Há de se concordar que a agilidade é um aspecto importante, mas há de se discordar que ela seja a principal característica. O aspecto mais relevante do memorando talvez seja a sua condição de correspondência intrainstitucional, uma vez que estabelece um diálogo entre os diversos setores de uma mesma instituição. Posteriormente a essa definição, o MRPR passa a mostrar a forma e a estrutura do memorando.

Pelo visto na Figura 5, a maior preocupação do MRPR é, de fato, com a forma e a estrutura do texto do

gênero, pois não há menção aos aspectos contextuais ou sociais do memorando. De qualquer maneira, subjaz a essa formatação uma concepção sistêmica da língua como forma, em contraposição à sua natureza essencialmente sócio-histórica e dialógica; soma-se a isso uma noção de texto como produto, desconsiderando-se todos os processos envolvidos na produção, circulação e recepção do gênero; a visão de discurso opõe-se à movência dos sentidos nos usos reais da língua, deixando-o latente como algo pronto; por fim, a categoria gêneros sequer é mencionada, já que no âmbito jurídico e administrativo os construtos genéricos usualmente são chamados de *documentos* ou *peças*, em geral numa perspectiva acientífica.

Considerando que o MRPR é abrangente, examinou-se também o *Manual de Padronização de Documentos* (Brasil, [2011-2015]). Para a pesquisa, ele se tornou interessante por ser o metagênero específico da comunidade profissional do IFPE. Um aspecto digno de nota diz respeito ao próprio título do manual, que destaca a estabilidade (“padronização”) dos gêneros (“documentos”) no âmbito do domínio burocrático-administrativo estatal. O *Manual de Padronização de Documentos* (doravante, MPD) do IFPE foi elaborado pela Reitoria da

- Cabeçalho padrão.
- Três espaços (tecla Enter no teclado) entre o cabeçalho e a identificação do memorando.
- Fonte Times New Roman, corpo 12 no texto em geral, 11 nas citações e 10 nas notas de rodapé.
- Identificação do memorando, com a numeração e as iniciais do setor, sem espaços entre caracteres, alinhada à esquerda, em negrito.
- Local e data, por extenso, alinhados à direita.
- Cargo do destinatário, alinhado à esquerda.
- Assunto do memorando, em negrito, com alinhamento à esquerda.
- É obrigatório constar a partir da segunda página o número da página.
- O campo destinado à margem lateral esquerda terá 3,0cm de largura.
- O campo destinado à margem lateral direita terá 1,5cm.
- Deve-se utilizar recuo de parágrafo de 2,5cm (início do parágrafo), que pode ser obtido por dois toques de tabulação (tecla TAB do teclado).
- Deve ser utilizado espaçamento simples entre as linhas e de 6pt (6 pontos) após cada parágrafo, ou, se o editor de texto utilizado não comportar tal recurso, de uma linha em branco.
- O corpo do texto deverá ser justificado.
- Não deve haver abuso do uso de negrito, itálico, sublinhado, letras maiúsculas, sombreado, sombra, relevo, bordas ou qualquer outra formatação que afete a elegância e a sobriedade do documento.
- A assinatura deverá conter nome do remetente – em negrito, com alinhamento centralizado, utilizando somente as iniciais em caixa-alta – e cargo do remetente, logo abaixo do nome, utilizando somente as iniciais em caixa-alta.
- A impressão dos textos deve ser feita na cor preta e em papel branco. A impressão colorida deve ser usada apenas para gráficos e ilustrações.

Figura 6. Características do memorando – Manual de Padronização de Documentos do IFPE.

Figure 6. Features of the memorandum – Manual of Standardization of Documents of the Federal Institute of Pernambuco, Brazil.

Fonte: Brasil ([2011-2015], p. 30).

entidade, em parceria com a Pró-Reitoria de Articulação e Desenvolvimento Institucional e com a Assessoria de Comunicação da instituição. Nas palavras dos organizadores, “padronizar implica em [sic] atender às expectativas dos usuários sem, no entanto, sujeitá-los a rotinas monótonas e normas rígidas” (Brasil, [2011-2015], p. 5). Todavia, é um tanto paradoxal falar em padronização de documentos sem monotonia ou rigidez, haja vista o caráter prescritivo adotado por esses manuais.

No MPD, o memorando figura dentro do eixo das chamadas comunicações oficiais, ao lado do correio eletrônico (*e-mail*), do fax, do ofício e do telegrama. Elaborado por profissionais de áreas diversas da Linguística, os quais ocupam funções de gestores ou de técnicos administrativos, o MPD é o parâmetro normatizador da

comunicação oficial do IFPE. Na verdade, a definição de memorando presente no MPD retoma *ipsis litteris* parte da definição apresentada pelo MRPR como “a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão. Trata-se de uma forma de comunicação eminentemente interna” (Brasil, [2011-2015], p. 30). Na sequência, o MPD elenca dezesseis itens, denominados “características” da “estrutura” do memorando, informação que não consta do MRPR.

Como revela a Figura 6, não há características do memorando em relação aos aspectos sociais e discursivos do gênero, mas somente traços ligados à formatação do texto, o que não é fortuito. Vejamos, a seguir, um exemplo ideal dessa forma de comunicação oficial, dado por esse mesmo manual.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
REITORIA
GABINETE DA REITORIA
 Avenida Professor Luiz Freire, nº 500 – Cidade Universitária – Recife – CEP: 50.540-740
 (81) 2125-1608 - gabinete@ife.edu.br

Memorando nº. 0001/2011-PRODIN/REITORIA/IFPE

Recife, 05 de xxxxxxxx de 2011.

Ao Sr. Coordenador do setor X

Assunto: Preenchimento correto de memorandos

Senhor José Bonifácio de Andrada Gomes,

1. O memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna.
2. A estrutura de um memorando deve respeitar uma série de características descritas neste manual.
3. Devo mencionar, por fim, que a atenção a essas regras é de fundamental importância para o uso correto das comunicações oficiais.

Atenciosamente,

Nome do Remetente (Só as iniciais maiúsculas, em negrito)
 Cargo que ocupa (Só as iniciais maiúsculas, sem negrito)

Figura 7. Modelo de memorando – Manual de Padronização de Documentos do IFPE.

Figure 7. Model of memorandum – Manual of Standardization of Documents of the Federal Institute of Pernambuco, Brazil.

Fonte: Brasil ([2011-2015], p. 48).

Como prova de que as instituições têm relativa autonomia para normatizar as suas formas de comunicação interna, o MPD do IFPE determina que os memorandos devem conter *cabeçalho padrão*, característica que não aparece no MRPR. Se não há consenso entre os metagêneros aventados – que são normativos e usam exemplos fictícios –, há menos ainda nas práticas autênticas de interação verbal mediadas pelo memorando. Ante isso, é preciso dizer que *verbetes de dicionário* e *manuals de redação oficial e empresarial* não são os únicos metagêneros que prescrevem a produção do memorando. No mundo digital, não é difícil perceber que a internet tem se potencializado como uma ferramenta poderosa para se realizar pesquisas. Assim, também podem ser considerados metagêneros do memorando: os *sites* que trazem diretrizes sobre como produzir um memorando; as imagens que circulam na internet com inúmeros modelos – ideais e reais – de memorandos; os vídeos disponíveis no *Youtube* sobre como produzir um memorando, bem como os cursos de redação oficial, amplamente divulgados no mercado e nas instituições públicas.

Para efeito de finalização

O debate que se encetou neste artigo traz à baila o papel desempenhado pelos metagêneros na produção, circulação e perpetuação de um gênero. De modo específico, objetivamos mostrar como alguns metagêneros (particularmente os verbetes de dicionário e os manuais de redação oficial), enquanto elementos externos ao gênero, influenciam a produção do memorando no seio institucional. É certo que todo gênero transita entre o estável e o instável, num contínuo de jogo de forças, mesmo dentro das esferas mais conservadoras, conforme constataram Nunes e Silveira (2015); entretanto, verificamos que o memorando configura-se como um construto genérico em que a estabilidade prevalece sobre a instabilidade.

Uma das principais razões apontadas para essa estabilidade genérica nessa forma de comunicação oficial é, sem dúvida, advinda do papel social desempenhado pelos metagêneros que gravitam no seu entorno. Os verbetes de dicionário, que se conservam ao longo do tempo com pouquíssimas variações, cristalizam o conceito e, de uma forma ou de outra, funcionam como um referencial de pesquisa. A bem dizer, sustentamos que o verbete funciona como um *metagênero tácito*, uma vez que seu propósito não é explicitamente guiar a produção de um gênero; entretanto, não acreditamos na neutralidade dos conceitos por ele expostos, daí considerarmos que o verbete de dicionário tem uma influência indireta sobre a concretização e a perpetuação do gênero em estudo.

De igual modo, compreendemos que os manuais de redação oficial configuram-se como metagêneros poderosos, à medida que fornecem modelos ideais (e estáticos)

que norteiam os membros menos experientes de uma comunidade de práticas discursivas a se comportarem diante da produção de um memorando. Em virtude disso, defendemos tais manuais como *metagêneros explícitos*, visto que são produzidos com a clara intenção de padronizar e uniformizar os gêneros (*documentos*) da comunicação oficial e empresarial. Logo, há de se concordar que, ao mesmo tempo em que auxiliam sujeitos não iniciados na produção do memorando, a natureza prescritiva dos manuais obstaculiza ou limita as possibilidades de criatividade e inovação nesse gênero.

Cumpramos ressaltar, porém, que verbetes de dicionário e manuais de redação oficial e empresarial não são os únicos elementos responsáveis pela prevalência da estabilidade sobre a instabilidade no memorando. Outros fatores que escapam à discussão aqui proposta certamente têm uma influência significativa no que diz respeito a essa questão, tais como: a rotinização e a recorrência das situações retóricas que demandam memorandos, as “dicas” que circulam na internet (*sites*, vídeos, imagens, etc.), os cursos de redação oficial e empresarial, tanto os ofertados no mercado quanto os que são ministrados no âmbito das instituições públicas, dentre outros.

Por fim, respondendo à questão de pesquisa proposta, argumentamos em favor dos metagêneros como um fator relevante da estabilidade genérica. De fato, talvez uma das principais funções dos metagêneros seja a manutenção do *status quo*, funcionando como um valioso mecanismo de controle e de estabilidade dos gêneros dentro dos sistemas em que circulam. Sua natureza, em geral, prescritiva, normativa e autoritária, põe a nu os interesses subjacentes, as ideologias sub-reptícias e as forças limitadoras, cujo efeito é a padronização e a uniformização de um gênero.

Referências

- BAKHTIN, M.M. 2003 [1953]. Os gêneros do discurso. In: M.M. BAKHTIN, *Estética da criação verbal*. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes, p. 261-306.
- BAKHTIN, M.M.; VOLOCHINOV, V.N. 2009 [1929]. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução do francês de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13ª ed., São Paulo, Hucitec, 203 p.
- BAWARSHI, A.S.; REIFF, M.J. 2010. *Genre: An introduction to history, theory, research, and pedagogy*. West Lafayette, Indiana, Parlor Press; The WAC Clearinghouse, 263 p.
- BAZERMAN, C. 2006 [1988]. Escrevendo bem, científica e retoricamente: consequências práticas para escritores da ciência e seus professores. In: C. BAZERMAN, *Gênero, agência e escrita*. Tradução do inglês e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo, Cortez, p. 59-77.
- BAZERMAN, C. 2009 [2004]. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: C. BAZERMAN, *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Tradução do inglês e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel e Angela Paiva Dionisio. 3ª ed., São Paulo, Cortez, p. 19-46.
- BAZERMAN, C. 1994. Systems of genres and the enactment of social intentions. In: A. FREEDMAN; P. MEDWAY (eds.), *Genre and the New Rhetoric*. London, Taylor & Francis, p. 79-101.

- BAZERMAN, C.; MILLER, C. 2011. *Gêneros textuais*. Tradução do inglês de Benedito Gomes Bezerra. Recife, [s.n.], 66 p.
- BELTRÃO, O. 1948 [1941]. *Correspondência: oficial, comercial, bancária, particular*. 4ª ed., Porto Alegre, Editora Globo, 227 p.
- BEZERRA, B.G. 2015. Equívocos no discurso sobre gêneros. In: A.P. DIONÍSIO; L.P. CAVALCANTI (eds.), *Gêneros na linguística e na literatura: Charles Bazerman, 10 anos de incentivo à pesquisa no Brasil*. Recife, EDUFPE; Pipa Comunicações, p. 63-79.
- BEZERRA, B.G. 2017. *Gêneros no contexto brasileiro: questões [meta] teóricas e conceituais*. São Paulo, Parábola Editorial, 136 p.
- BHATIA, V.K. 1993. *Analysing genre: Language use in professional settings*. London, Longman, 246 p.
- BHATIA, V.K. 2004. *Worlds of written discourse: A genre-based view*. London, Continuum, 228 p.
- BRASIL. 2002 [1991]. *Manual de Redação da Presidência da República*. 2ª ed., Brasília, Presidência da República, Casa Civil, 140 p.
- BRASIL. [2011-2015]. *Manual de Padronização de Documentos*. Recife, Instituto Federal de Pernambuco, 57p.
- CALDAS AULETE, F.J.; VALENTE, A.L.S. 2008. *Dicionário Aulete Digital*. Rio de Janeiro, Lexikon Editora Digital. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/memorando>. Acesso em: 08/08/2016.
- CHIZZOTI, A. 2014. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 6ª ed., Petrópolis, Vozes, 144 p.
- COSTA, S. R. 2009. *Dicionário de gêneros textuais*. 2ª ed., Belo Horizonte, Autêntica Editora, 205 p.
- DEVITT, A. 1991. Intertextuality in tax accounting: generic, referential, and functional. In: C. BAZERMAN; J. PARADIS (eds.), *Textual dynamics of the professions: Historical and contemporary studies of writing in professional communities*. Madison, The University of Wisconsin Press, p. 336-357.
- ECO, U. 2014 [1977]. *Como se faz uma tese*. Tradução do italiano de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 25ª ed., São Paulo, Perspectiva, 207 p.
- FERREIRA, A.B.H. 1986. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1838 p.
- FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. 1994. Locating Genre Studies: Antecedents and Prospects. In: A. FREEDMAN; P. MEDWAY (eds.), *Genre and the new rhetoric*. London, Taylor & Francis, p. 1-20.
- GILTROW, J. 2002. Meta-genre. In: R. COE; L. LORELEI; T. TESLENKO (eds.), *The Rhetoric and Ideology of Genre: Strategies for Stability and Change*. Creskill, New Jersey, Hampton Press, p. 187-205.
- HYON, S. 1996. Genre in Three Traditions: Implications for ESL. *TESOL Quarterly*, **30**(4):693-722. <https://doi.org/10.2307/3587930>
- KABATEK, J. 2005. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis – Revista de Lingüística y Literatura*, **29**(2):151-177.
- KABATEK, J. 2012. Tradição discursiva e gênero. In: T. LOBO; Z. CARNEIRO; J. SOLEDADE; A. ALMEIDA; S. RIBEIRO (eds.), *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador, EDUFBA, p. 579-588.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. 2015. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, E.P.U., 112 p.
- MARCUSCHI, L.A. 2008. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo, Parábola Editorial, 296 p.
- MILLER, C. 2009 [1984]. Gênero como ação social. In: C. MILLER, *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia*. Tradução do inglês e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. Recife, EDUFPE, p. 21-44.
- MILLER, C. 2015. Gêneros evoluem? Poderíamos dizer que sim? In: A.P. DIONÍSIO; L.P. CAVALCANTI (eds.), *Gêneros na linguística e na literatura: Charles Bazerman, 10 anos de incentivo à pesquisa no Brasil*. Recife, EDUFPE; Pipa Comunicações, p. 23-61.
- NUNES, V.S. 2017a. O conceito de gênero em três tradições de estudos: uma introdução, *Vértices*, **19**(3):7-29. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v19n32017p7-29>
- NUNES, V.S. 2017b. *Análise de gênero no mundo do trabalho: os usos do memorando nas práticas profissionais do Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife nos séculos XX e XXI*. Maceió, AL. Tese de doutorado. Universidade Federal de Alagoas, 304 p.
- NUNES, V.S. 2015. Condições de produção do discurso burocrático: prelúdios de uma análise. *Entrepalavras*, **5**(1):47-58.
- NUNES, V.S. 2012. *O gênero carta do leitor no Jornal do Commercio de Pernambuco: uma abordagem sociorretórica*. Maceió, AL. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Alagoas, 236 p.
- NUNES, V.S.; SILVEIRA, M.I.M. 2015. Análise de gênero discursivo na perspectiva dialógica do Círculo de Bakhtin: subsídios teóricos e aplicados. *Leitura*, **1**(55):129-144.
- SCHNEUWLY, B. [1994] 2004. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: B. SCHNEUWLY; J. DOLZ (eds.), *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução do francês de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, Mercado de Letras, p. 21-39.
- SCHRYER, C.F. 1994. The Lab vs. the Clinic: Sites of Competing Genres. In: A. FREEDMAN; P. MEDWAY (eds.), *Genre and the New Rhetoric*. London, Taylor & Francis, p. 105-124.
- SERRANO, F.P. 2011 [2009]. *Pesquisar no labirinto: a tese, um desafio possível*. Tradução do espanhol de Marcos Marcionilo. São Paulo, Parábola Editorial, 160 p.
- SILVA, W.R.; ESPINDOLA, E. 2013. Afinal, o que é gênero textual na linguística sistêmico-funcional? *Revista da Anpoll*, **1**(34):259-307. <https://doi.org/10.18309/anp.v1i34.672>
- SILVEIRA, M.I.M. 2008. O burocratês: análise à luz de uma gramática retórica. *Revista da ABRALIN*, **7**(1):215-258.
- SILVEIRA, M.I.M. 2005. *Análise de gênero textual: concepção sociorretórica*. Maceió, EDUFAL, 266 p.
- SWALES, J.M. 1990. *Genre Analysis: English in academic and research settings*. Cambridge, Cambridge University Press, 260 p.
- SWALES, J.M. 2004. *Research genres: Exploration and applications*. Cambridge, Cambridge University Press, 314 p. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139524827>
- TRIVIÑOS, A.N.S. 2015. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 175 p.
- YATES, J.; ORLIKOWSKI, W.J. 1992. Genres of Organizational Communication: A Structural Approach to Studying Communication and Media. *The Academy of Management Review*, **17**(2):299-326. <https://doi.org/10.5465/amr.1992.4279545>

Submetido: 14/09/2017
Aceito: 05/07/2018